



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### **ATA Nº 1/2012**

#### **SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2012**

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Vice-Presidente, Carlos Fernando Frazão Correia. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida. -----

#### **----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----**

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas do Senhor Deputado Mário Luís Nogueira Ramos e da Senhora Deputada Carla Maria Pires Rodrigues, procedendo-se às respectivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

#### **----- PONTO PRÉVIO -----**

#### **----- APROVAÇÃO DE ACTAS -----**

----- Foi colocada a discussão e votação a acta n.º 5/2011 referente à Sessão de Ordinária de 22 de dezembro de 2011. -----

----- Aprovada a acta n.º 5/2011 por maioria dos presentes dos presentes com 26 votos a favor e 1 abstenção. -----

#### **----- CORRESPONDÊNCIA -----**

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

#### **----- Presidente da Assembleia Municipal -----**

----- O Presidente da Assembleia Municipal informou que tendo sido comunicado pelos serviços da Câmara Municipal que o Tribunal de Contas tem o entendimento que as votações devem ser nominais e que por isso deveriam ser alterados os procedimentos da sessão da Assembleia Municipal. Salientou que filosoficamente é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

absolutamente contra isso, por princípio, mas que também juridicamente a Assembleia Municipal está defendida contra este entendimento quando nos termos da lei das autarquias locais, no seu artigo 90º, estipula as formas de votações e ressalva que estas são nominais salvo se o regimento estipular ou o órgão deliberar, sob proposta de qualquer membro, outra forma de votação. -----

----- Esclareceu que o regimento em vigor, no seu artigo 56º, indica as formas de realização das votações, e refere claramente que a votação nominal apenas se realiza quando requerida por qualquer dos membros e aceite expressamente pela Assembleia. -----

----- Afirmou assim que a votação nominal é a exceção e que desta forma a Mesa deliberou que não seja respeitada e acatada essa indicação do Tribunal de Contas, continuando o funcionamento das votações exatamente como atualmente. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida conhecimento que deram entrada na Mesa duas recomendações, uma subscrita pelo Bloco de Esquerda e outra subscrita pela Deputada Municipal Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo. Informou que a primeira será lida pela Mesa e a segunda, dado ter sofrido algumas alterações de texto, será lida pela própria na sua intervenção do período antes da ordem do dia. -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi lida a recomendação do Bloco de Esquerda (anexo 3). -----

### ----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado Leandro Manuel Alves Jorge -----

----- Deputado António José Rodrigues da Costa -----

----- Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João -----

----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Assentiz -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

### ----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que tem um documento para apresentar à Assembleia Municipal que sofreu algumas alterações após ser discutido pelos líderes dos diferentes grupos municipais, sendo uma delas a denominação do documento que foi inicialmente enviado à Mesa e aos líderes de bancada, passando de Moção a Recomendação. -----

----- Pela Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo foi lido a recomendação proposta (anexo 4). -----

----- Durante a leitura da recomendação explicou que a referência a uma organização do Concelho, designadamente o Rotary Club de Rio Maior, se deve ao facto de no âmbito da sua ação procedeu à candidatura a fundos da Fundação Rotária Nacional para a instalação de uma sala SNOEZELEN no Centro de Educação Especial “O Ninho”. -----

----- Informou ainda que o prazo de candidatura terminava no dia 28 de fevereiro e por isso avançou, tendo, no entanto, que ter um suporte, por um lado do Rotary Club de Rio Maior, por outro da Fundação Rotária Portuguesa que não contempla o valor na globalidade; por fim, a razão da recomendação para um donativo, através da partilha das senhas de presença de, pelo menos, duas sessões da Assembleia Municipal, por parte dos deputados municipais. -----

----- **Deputado Leandro Manuel Alves Jorge** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir às recentes notícias acerca da poupança que a Câmara Municipal pretende fazer no que respeita à recolha do lixo, em especial nas freguesias do meio rural. -----

----- Considerou que a poupança não pode colocar em causa o bem-estar das pessoas e que o meio rural, mais uma vez, não pode ser o sacrificado e prejudicado. --

----- Disse não pretender fazer uma crítica à Câmara Municipal mas sim fazer notar, junto dos técnicos da Câmara Municipal e da empresa que presta o serviço, que será importante um acompanhamento forte e preciso de forma a conseguir-se distinguir as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

situações em que será necessária a recolha mais que uma vez por semana e assim evitar situações de acumulação de resíduos no meio rural. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir ao debate efetuado pelo Movimento Projeto Cidadania acerca da situação laboral no Concelho de Rio Maior que contou com a participação de Rui Aldeano, Coordenador da União de Sindicatos de Santarém e do Conselho Nacional da CGTP, e de trabalhadores das duas maiores entidades patronais do Concelho. Célia Colaço, operária da Nobre Alimentação, S.A. e Glória Ribeiro, delegada sindical da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

----- Informou que a situação descrita é preocupante e que segundo o Instituto do Emprego desde o início do mandato autárquico, o desemprego no concelho de Rio Maior aumentou 74% atingindo já cerca de 1000 riomaiorenses, verificando igualmente situações de pobreza mesmo entre as pessoas que têm trabalho a tempo inteiro, devido aos baixos salários e ao agravamento do custo de vida. -----

----- Referiu ainda que foram ouvidos relatos de um clima de medo em que as pessoas evitam reivindicar os seus direitos laborais com receio de represálias, incluído a perda do próprio emprego. -----

----- Considerou assim imperioso fazer frente às políticas desta realidade através da organização e ação coletiva por parte dos trabalhadores inclusive na participação, o mais massiva possível, na greve geral convocada pela CGTP para o próximo dia 22 de março e que é importante que a Câmara Municipal, embora não seja da sua competência, esteja empenhada e faça tudo o que estiver ao seu alcance para contrariar esta situação. -----

----- Questionou, por isso, o que é que a Câmara Municipal está a fazer para contrariar esta situação e as suas consequências sociais, qual é a sua estratégia em relação ao aumento exponencial do desemprego, e concretamente o que está a fazer para concretizar a recomendação aprovada há um ano na Assembleia Municipal para estabelecer um protocolo com a Associação Nacional de direito ao crédito para divulgar e apoiar no Concelho o recurso ao microcrédito. -----

----- Deu também conhecimento do relatório final acerca de uma petição apresentada pelo Movimento Ar Puro sobre a poluição no Concelho de Rio Maior, informando que a Comissão do Ambiente da Assembleia da República constatou o incumprimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

sistemático das obrigações legalmente previstas por parte das três suiniculturas localizadas nas freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João. -----

----- Referiu ainda ter conhecimento que esta situação não se restringe apenas a estas freguesias e que no nosso concelho estas situações se repetem, em particular numa situação muito grave que se passa na freguesia de Fráguas, localidade de Povoas. ----

----- Questionou o que é que a Câmara Municipal tem feito e pensa continuar a fazer para contribuir para a resolução destes problemas. -----

----- Questionou também qual o ponto de situação do projeto de regulamento para o estacionamento na cidade de Rio Maior. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se congratular pelo trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver e em ter reunido com os parceiros e com a Comissão de Ordenamento do Poder Local para se transmitir toda a documentação, dando conhecimento de toda a situação quer à freguesia de Ribeira de São João quer à freguesia de São João da Ribeira. -----

----- Considerou que este foi mais um passo na direção de se encontrar uma solução independentemente da sanção que foi já aplicada às duas suiniculturas existentes e que estão no centro desta problemática. -----

----- Deu conhecimento à Assembleia Municipal da inutilidade de apresentação de queixas por causa da ação dos madeireiros, já que estes podem continuar a destruir o trabalho das juntas de freguesia sem qualquer tipo sanção. -----

----- Informou que a freguesia de Ribeira de São João apresentou uma queixa acerca de uma destas situações, onde era devidamente identificado o madeireiro, e o processo foi arquivado, deixando assim impune o praticante do ato de destruição do património público e restando à junta de freguesia como opção entrar num acordo com a parte. -----

----- Salientou assim que era premente a existência de um regulamento que permita sancionar os indivíduos, que não obstante estarem a desenvolver a sua atividade, não se preocupam em zelar pelo trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia em manter os bens públicos em boas condições para o usufruto de todos. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou por agradecer à Câmara Municipal, que neste tempo de crise, tenha investido no meio rural e pavimentado das principais ruas das Correias e terem sido feitos pequenos arranjos em todas as freguesias na zona. -----

----- Referiu que ao contrário da situação anterior o acesso ao centro de saúde tem provocado alguma confusão e gerado algumas queixas, em especial de quem vem do lado do Alto da Serra. Questionou, por isso, se será demorado o restabelecimento da normalidade ou se está pensada alguma forma de contornar esta situação durante o tempo de obra. -----

----- Relativamente à moção aprovada sessão da Assembleia Municipal, na qual não esteve presente mas teve conhecimentos quer pelos serviços da Câmara Municipal quer pelos serviços de saúde, indicou que após leitura da mesma verificou a existência de algumas incorreções no seu conteúdo e manifestou que pessoalmente não poderia ter aprovado a mesma ou teriam que ser feitas algumas alterações. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção subscrevendo a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João no que se refere à urgência na criação de um regulamento municipal que possa limitar, ou de alguma forma regulamentar, a atividade dos madeireiros no concelho, já que esta atividade origina trabalhos e gastos dobrados às juntas de freguesia. -----

----- Deu os parabéns à câmara municipal pela reativação do mercado municipal, um projeto que muitos apregoavam de morto, que agora funciona dentro da cidade com muito êxito, gerando um reboliço que ajuda ao dinamismo da economia local e só tem pontos positivos. -----

----- Informou também que as opiniões que têm sido recolhidas são muito favoráveis ao mercado e à sua manutenção. -----

----- Fez ainda um reparo no que se refere ao fecho do parque de estacionamento onde se realiza o mercado mensal, já que este está a ser fechado muito cedo, já que é um parque muito utilizado durante o fim de semana, em particular sextas-feiras e sábados, solicitando que seja equacionada a hipótese de se conseguir limitar a entrada aos carros apenas, por exemplo, a partir de domingo à tarde. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Intervenção transcrita na íntegra. -----

----- “ Permitam-me que tome algum do vosso precioso tempo para partilhar algumas das minhas inquietações sobre uma realidade que conhecemos com o nome de desemprego e que penso estar na ordem do dia. -----

----- Começo com um ditado da terra que me viu nascer que diz que “Tu tens a tua verdade, ele tem a verdade dele, eu decidirei com a minha verdade”. E permitam-me uma pequena introdução sobre a realidade. -----

----- A ciência assenta na ideia de que a realidade é dependente de um modelo, ou seja da forma como o nosso cérebro interpreta a informação que lhe chega. Neste sentido a realidade mais não é que um modelo que explica e está de acordo com a observação disponível dos acontecimentos. Durante muitos séculos a realidade dizia-nos que o sol andava à volta da terra. Este modelo proposto por Ptolomeu estava de acordo com as observações disponíveis em que nós estamos parados e tudo parece girar à nossa volta. No entanto este modelo não permitiu explicar os eclipses e as estações e levou a que fossem feitos alguns ajustamentos, neste caso atribuídos a intervenções divinas. -----

----- Surgiu um novo modelo, proposto por Copérnico, que nos dizia afinal era a terra e os planetas que andavam à volta do sol, e este modelo não precisou de ajustamentos para explicar as observações da altura. Por outro lado esta forma de encarar a realidade científica permitiu identificar um conjunto de regularidades a que chamamos leis da natureza. Estas leis, uma vez estabelecidas, permitem-nos prever o desenrolar dos acontecimentos, compreender o passado, explicar o presente e antecipar o futuro. A capacidade de antecipar a evolução dos acontecimentos é a grande arma dos seres humanos na luta pela sobrevivência, aquilo a que vulgarmente chamamos inteligência. -----

----- Ora, o modelo atual de desenvolvimento socioeconómico assenta em dois conceitos: o de produtividade e o de competitividade, num contexto de desenvolvimento tecnológico e de globalização. Por produtividade entenda-se maximizar a relação entre produção e fatores de produção, ou seja, criar o máximo valor com o mínimo de recursos. Por competitividade entenda-se a capacidade de ter mais êxito, ser melhor que os outros. Com este modelo efetivamente construímos empresas melhores e o mundo gerou riqueza como nunca. Então como explicar a crise e o desemprego? -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Bom, neste modelo nós não nos podemos esquecer que os seres humanos continuam a ter que obter bens e serviços necessários à vida do dia-a-dia, e que essa obtenção é feita pelo trabalho, isto porque na nossa ordem social o trabalho ainda é a medida para distribuir a riqueza criada. -----

----- Mas para obter esses recursos, para ganhar dinheiro é preciso participar na cadeia de produção. Temos então que entrar naquilo que se designa por mercado do trabalho. Mas entrar nesse mercado significa ser produtivo e competitivo. Ora em produtividade o homem não consegue competir com tecnologia e o mercado de trabalho está a ser inundado com tecnologia em detrimento de pessoas. -----

----- Numa realidade que conheço de perto, há vinte anos e que alguns dos presentes também conhecem, os dados sobre alguns aspetos onde a tecnologia tomou a primazia são esmagadores. Nós tínhamos que um trabalhador fazia uma limpeza de quinze peças/hora de carro, enquanto a entrada da tecnologia permitiu que esse trabalhador no mesmo espaço de tempo fizesse a limpeza de cem a cento e vinte peças/hora de carro. Isto significa, como estão a perceber, que houve pessoas que foram retiradas do mercado de trabalho, substituídas por tecnologia. Aquilo a que agora se chama desemprego estrutural. -----

----- Por outro lado, para ser competitivo eu tenho que ser melhor que os outros, porque este modelo só premeia os vencedores, nada prevê para os que não chegam lá, e cada um de nós tem um potencial diferente, recursos diferentes, tem oportunidades diferentes. E num contexto competitivo ser vencedor é a exceção. Ser perdedor é a regra. Como dizia Edwin Moses, barreirista americano que durante duas décadas dominou a prova de quatrocentos metros barreiras, “o segundo é o primeiro dos últimos”. -----

----- Se queremos ser competitivos então temos que aceitar que por mais que nos esforcemos as hipóteses de ganhar são mínimas, e mesmo que se ganhe a vitória é sempre transitória, pois agora elimino os mais fracos, amanhã eliminarei os menos fortes, e hoje, eu que sou o mais forte, no futuro estarei mais velho e mais fraco. Que o digam os desempregados com mais de quarenta e cinco anos. -----

----- Por outro lado, quanto mais nos esforçamos e trabalhamos para obter os recursos para a vida em resultado do nosso esforço, menor será a nossa capacidade para partilhar isso com os outros. Isto é aquilo que em ciência chamamos Síndrome do Homem das Cavernas, não fomos criados para partilhar esforços. É muito difícil chegarmos a esse patamar civilizacional. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Por outro lado, esta competitividade pode ser bem expressa nos números de acumulação de riqueza publicados pelos Estados Unidos. Em 1980, 1% da população detinha 9% da riqueza, em 2006, esse mesmo 1% acumulava 23% da riqueza. A nível global este fenómeno de competitividade foi bem expresso por Gideon Rachman que nos disse “o mundo soma zero”. Se um país é competitivo, leia-se China, Alemanha, então outros países vão ser prejudicados, leia-se Grécia, Portugal. -----

----- Mas se quisermos ser competitivos vamos ter que assumir que outros vão ser prejudicados nesta competição. Estamos muito preocupados com as nossas medidas de austeridade, com a quebra do poder de compra, tão preocupados que esquecemo-nos que dois terços da humanidade vivem abaixo do limiar da pobreza e que a cada minuto morre um ser humano de fome. Como diria Estaline “um morto em nossa casa é uma tragédia, um milhão de mortos num país vizinho é uma estatística”. Somos muitos, sete biliões de seres humanos, se todos quiséssemos viver como vivem os portugueses precisávamos de quatro planetas terra. Como não temos quatro planetas terra só temos duas hipóteses: ou somos menos ou descemos o nível de vida. Isto num cenário macro. -----

----- Num cenário micro eu direi que para viver preciso de ganhar dinheiro e para tal necessito de trabalhar. Ora o nosso modelo permite antecipar que no futuro o lugar das pessoas na cadeia de produção vai ser cada vez menor. Aqui o cenário fica negro. Neste modelo de desenvolvimento o desemprego não é um problema, o desemprego é o futuro. O problema é saber como é que vamos distribuir a riqueza criada como nunca pelas pessoas que não têm lugar na cadeia de produção. -----

----- Se não mudarmos de paradigma e o trabalho continuar a ser a medida para a distribuição da riqueza, então terei que dar razão ao poeta Manuel António Pina que afirma que “ser otimista na atual conjuntura só pode significar andar mal informado”. ---

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por deixar uma sugestão, dizendo que seria bom, embora reconheça esse cuidado ao presidente da mesa, que existisse um intercalar das intervenções entre grupos parlamentares. -----

----- Referindo-se ao flagelo do desemprego, reconheceu tratar-se um problema global, com incidência nacional, mas afirmou que a preocupação neste órgão fiscalizador da atividade municipal e da atividade política é o problema local. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Salientou que a nível local existem agora números como nunca tivemos, traduzido num aumento de 74% no número de desempregados em Rio Maior em dois anos e que chegam às cerca de mil pessoas, sendo que muito deste desemprego é um desemprego jovem e quando não o é, é aquilo que se designa como desemprego estrutural de pessoas que já não têm capacidade de voltar ao mercado de trabalho. ---

----- Disse ainda saber que em termos de crescimento e desenvolvimento económico e social de um território o desemprego é o principal problema, e assim sendo, e afirmando ter a perspetiva que este é um problema global, questionou o executivo municipal de qual é o plano para tentar minorar esta questão e para combater este drama numa situação que começa a ser de emergência social, havendo cada vez mais pontos de exclusão social no concelho de Rio Maior, estabelecimentos comerciais a fechar, e que quanto à bancada do Partido Socialista é a principal preocupação. -----

----- Questionou, por isso, quais são os programas, qual é a linha política que o município quer seguir tendo em vista o ajudar a combater este problema. -----

----- Referindo-se em seguida à questão do provedor do munícipe disse não ir falar acerca dos diversos comunicados que têm sido feitos sobre o assunto, mas sim questionar o que se passa sobre a questão do provedor do munícipe já que foi aprovada uma proposta em sessão de câmara e se trata de um assunto que terá que ser presente à assembleia municipal, e que se trata, no entender da bancada do PS que esta questão e as funções do provedor são suficientemente importantes para que a assembleia municipal seja informada sobre as diligências a efetuar. -----

----- Disse ainda que este lugar foi criado no anterior mandato autárquico, foi exercido por uma pessoa com a dimensão local e autárquica de um ex-presidente da assembleia municipal, Senhor Arlino Santos, e como tal questionou o que é que executivo camarário tem a informar à assembleia municipal sobre todo este processo.

----- Por fim, solicitou também informações sobre notícias que vieram a público recentemente sobre a renegociação do plano de ação para o Oeste e quatro municípios da Lezíria do Tejo, referentes a compensações pela não localização do aeroporto em OTA. Afirmou saber que essas negociações têm decorrido e solicitou informações sobre qual a estratégia e a posição do município na defesa dos superiores interesses de Rio Maior no que concerne a este plano. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse ir tentar ter sempre em conta a recomendação acerca das intervenções dos deputados municipais. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao carnaval escola que teve lugar na nossa comunidade, que considerou como um festival de luz e de cor, em que crianças, educadores, pais e familiares se juntaram em confraternização no jardim municipal. -----

----- Referiu-se também ao desfile do carnaval noturno e considerou haver uma evolução evidente em relação ao ano anterior, tanto pelos temas apresentados como pelo local do desfile que se adequa melhor a este um evento com estas características. -----

----- Salientou que este evento trouxe milhares de pessoas a Rio Maior e congratulou-se por esse facto. -----

----- Disse ainda não poder deixar de referir mais uma vez uma crítica extremamente negativa que leu na nossa comunicação social e que não compreende como é que pessoas naturais desta terra podem de forma tão leviana dizer mal de eventos como este, atacando inclusivamente os próprios participantes dos mesmos. -----

----- Por fim sugeriu que a organização do carnaval de Rio Maior e o Presidente de Junta da Asseiceira tentassem no próximo ano convergir esforços no sentido de os participantes estejam presentes nos dois eventos, já que não há interferência nas datas de realização dos eventos. -----

----- Deixou ainda uma palavra de agradecimento aos funcionários da autarquia que estiveram na organização do desfile por, de forma exemplar, montarem e desmontarem toda a estrutura e em especial para a limpeza que foi feita de forma bastante célere. -----

### ----- Presidente da Junta de Freguesia de Assentiz -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou dando os parabéns ao executivo municipal pela reabertura do mercado mensal, já que as reações que tem tido dos fregueses de Assentiz são muito boas. ----

----- Referindo-se ao carnaval escolar indicou que houve menos participação das escolas mas que esteve muito bom mesmo não havendo as atrações de animação dos anos anteriores. -----

----- Por fim questionou para quando se prevê as transferências dos valores em falta da delegação de competências do ano anterior, já que no caso da freguesia de Assentiz ainda é um valor considerável e como também se verificou uma redução no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

fundo de financiamento de freguesias, se não receber nenhum montante em março não haverá dinheiro para pagar aos funcionários nem para cumprir os compromissos assumidos a fazer conta com o valor das ditas transferências de verbas de 2011. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir a Ruy Belo, no dia do seu aniversário, poeta riomaiorense caracterizado por uma inquietação permanente, um desassossego intelectual permanente na busca do pensar livre, da liberdade individual e das liberdades coletivas. Considerou ser uma riqueza, que Rio Maior tem vindo ao longo dos anos a reconhecer, a existência de homens de tão elevado extirpe entre as suas populações, nas suas ruas e nas suas cidades. -----

----- Homenageou igualmente Zeca Afonso, vinte e cinco anos após a sua morte, e também Adriano, de quem falará na próxima sessão da Assembleia estarão passados trinta anos sobre a sua morte, como homens de pensamento, da liberdade e da ação. -

----- Indicou que a sua intervenção seria dividida em duas partes, sendo a primeira como Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira. -----

----- Deu início à primeira parte da sua intervenção agradecendo a presença da representação da Assembleia Municipal, na pessoa do 1º Secretário, e da Presidente da Câmara Municipal no Carnaval da Asseiceira que teve mais de duzentos e cinquenta participantes, dez carros alegóricos e treze grupos a pé, e que contou com um grande contributo da juventude. Salientou que sempre estiveram abertos à participação comum mas que até à data a resposta que tem sido dada, pela Associação Empresarial, é que após o desfile de sábado não existem condições físicas para a participação no desfile da Asseiceira que se realiza ao domingo. -----

----- Lamentou ainda que, pela primeira vez, não tenham sido tapados os cortes existentes no alcatrão e sinalizados durante uma visita para o efeito, que embora pareça insignificante é bastante importante para quem é lesado. -----

----- Salientou que ainda não recebeu nenhuma resposta às questões que foram colocadas em outubro verbalmente e que foram passadas a escrito, e têm a ver com as águas pluviais da Asseiceira e da Ribeira de St.º André, água potável, obras na EN 1, segurança rodoviária na EN1, etc. -----

----- Levantou também a questão já falada anteriormente das transferências referentes às despesas de capital constante dos protocolos de delegação de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

competências, lembrando que os compromissos estão assumidos e que terá que se chegar a um plano de forma a conseguir satisfazer os compromissos das juntas e da câmara. -----

----- Referiu que no caso da Asseiceira falta ainda receber 19 600 euros do ano de 2011 e lembrou que as juntas de freguesia em dois anos perderam 25% da receita não sendo assim possível cumprir os compromissos assumidos sem receber as verbas em falta. -----

----- Disse ainda que existiam questões que a Câmara Municipal deveria tornar públicas, até para esclarecer o porquê no não cumprimento de compromissos, como por exemplo a notícia de um processo que decorreu em tribunal e que a câmara foi condenada a pagar um valor aproximado de 400 000 euros. Questionou o executivo municipal sobre a veracidade desta notícia. -----

----- Questionou também sobre as notícias que foram publicadas sobre a recolha do lixo e afirmou fazer-lhe bastante confusão que os critérios de pagamento de dívidas passe pelas freguesias passem a ter recolha de lixo apenas uma vez por semana. -----

----- Solicitou esclarecimentos se a cidade continua a ter recolha todos os dias e se esta diminuição de serviços não origina a quebra de um contrato entre a autarquia e o município que paga a sua contribuição. -----

----- Terminou fazendo duas notas. A primeira para a extinção de freguesias e a segunda a alertar para a atual situação de pré rutura social e sobre a qual se exige ao executivo municipal um plano de emergência concelhio, de emergência social que tenha em conta a crescente onda de pobreza e perceber quais as orientações que a câmara municipal poderá dar para ajudar na implementação de medidas que minimizem estas situações. -----

----- Colocou ainda as seguintes questões: se é verdade que o tribunal de contas não queria viabilizar o empréstimo de 900 000 euros; o que se passa com as obras da loja do cidadão; qual o ponto de situação do plano de defesa da floresta e luta contra incêndios e designadamente a situação dos madeireiros que tem vindo a prejudicar a ação das juntas de freguesia na limpeza e manutenção dos caminhos. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao carnaval da Asseiceira como sendo o mais antigo do concelho de Rio Maior e que festejou este ano os seus 25 anos com os bailes e o desfile. Agradeceu a todos aqueles que participaram nos festejos e deu os parabéns à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Comissão de Festas e Melhoramentos de Asseiceira que com a colaboração da Junta de Freguesia organizou o carnaval de Asseiceira. -----

----- Fez ainda um reparo quanto à intervenção do Deputado Carlos Jorge Coelho Neto e esclareceu que no carnaval de Rio Maior houve de facto figurantes de Asseiceira e que pena foi o inverso não se ter verificado, assim como o facto de muitas pessoas do concelho tenham festejado o carnaval em concelhos limítrofes. -----

----- Referindo-se à 27ª edição da Feira das Tasquinhas que se realizará entre o dia 2 e o dia 11 de março, deu os parabéns à Câmara Municipal por proporcionar entradas gratuitas de segunda a quinta-feira, incentivando, desta forma, a visitar o certame. Congratulou-se também com a parceria com a Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste e com os eventos já publicitados, alguns já presentes em anos anteriores. -----

----- Referiu ainda que a publicidade melhorou e nesta altura já é possível ver a divulgação do evento em concelhos limítrofes, ao longo da EN 1 e mesmo em Lisboa.-

----- Lembrou aos presentes e a toda a comunidade riomaiorense que se iniciam as comemorações de evocação ao poeta Ruy Belo e convidou todos os presentes e todos os riomaiorenses a participarem nas comemorações que irão ter lugar nestes dias em Rio Maior e em São João da Ribeira. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados nas intervenções. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por referir que estamos todos de parabéns no que se refere à organização do carnaval e da Feira das Tasquinhas, que tentará minorar este sentimento e situação de crise que o concelho e país atravessam. -----

----- Iniciou por se referir à renegociação das contrapartidas pela não localização do aeroporto em OTA e esclareceu que este governo teve a capacidade de marcar uma reunião com todas as autarquias envolvidas, onde se decidiu a reeleição de uma nova comissão da qual farão parte representantes dos municípios do oeste e dos quatro municípios da lezíria, chefiado pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, para que depois de uma paragem de quase três anos, onde se esqueceu por completo os protocolos assinados, se consiga chegar a um entendimento e decisão. Informou ainda que quer pela parte do Secretário de Estado quer pelo presidente da Associação de Municípios do Oeste foi dito que neste momento não é tão importante ter em conta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

mais obras mas sim a existência de fundos para a promoção do desenvolvimento e para a criação de emprego. -----

----- Respondendo às questões levantadas pelo Presidente de Junta de Freguesia de Asseiceira disse que neste momento todos os municípios estão neste momento constrangidos pela publicação da lei que restringe a despesa e os gastos que as autarquias podem fazer e para a qual não foi ainda publicada a respetiva regulamentação. -----

----- Explicou que por isso não tem sido possível atender aos pedidos feitos pelas juntas de freguesia e que a própria Câmara tem vários serviços pendentes de situações geradas por esta limitação legal e informou também que no mesmo dia em que foi publicada a lei, a ANMP enviou um comunicado para todos os municípios a alertar para a necessidade de publicação do decreto-lei que regulamenta a mesma. ---

----- Quanto à transferência de verbas referentes à delegação de competências de 2011 informou que não haver condições para prever quando poderão acontecer devido ao acentuado decréscimo das receitas da Câmara Municipal, menos de 60% comparativamente com o ano civil de 2011. -----

----- Alertou as juntas de freguesia para terem extremo cuidado em assumir qualquer tipo de despesa em face do quadro legal agora existente e considerando que as autarquias não sabem quando terão disponibilidade para fazer qualquer tipo de transferência. -----

----- Informou também que prevê o orçamento de estado que todas as autarquias que tenham dívidas à Valorsul, Águas do oeste/Águas de Portugal, etc., a partir de 15 de fevereiro, caso não haja acordo negocial com estas entidades, tenham uma retenção de parte do fundo de equilíbrio financeiro, sendo que a Câmara Municipal já tinha salvaguardado esta situação através de um acordo de pagamento da dívida em atraso a três anos. -----

----- Deu conhecimento que a Câmara Municipal de Rio Maior apresenta um défice de 700 000 euros no conjunto da dívida a estas entidades e que pela negociação a decorrer com a SUMA se irá conseguir uma poupança de cerca de 5000 euros por mês no sentido de minorar o nosso défice. -----

----- Salientou que a Câmara Municipal não tem capacidade financeira para continuar com os encargos atuais e como não se quer correr o risco, como aconteceu em outros concelhos, de não conseguir depositar o lixo por falta de pagamento, optou-se por uma poupança nos encargos com a recolha mas garantir a deposição dos mesmos. ---





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referindo-se ao problema do desemprego, que infelizmente cresce no concelho e a nível nacional, que se agravou nos últimos dois afirmou que se existisse uma estratégia eficaz todas as câmaras municipais já a teriam seguido. Indicou que se continua a tentar investir fortemente nesse setor pela criar incubadoras de empresas, para pequenas e micro empresas, apoiar através da ação social o impacto negativo da fome quer a nível escolar quer por outros meios e disse ainda julgar que tudo o que pode ser feito será suficiente para minorar este flagelo. -----

----- Considerou ainda que a Câmara Municipal necessita da colaboração de todos na tentativa de minorar este problema, através de propostas e soluções que possam ser adotadas com vista à resolução e diminuição deste problema. -----

----- Acerca das questões levantadas sobre as explorações pecuárias referiu que a Presidente de Junta da Ribeira de São João informou acerca dos desenvolvimentos da situação das explorações situadas nas freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João e que em relação à exploração pecuária situada nas Póvoas informou que a fiscalização se deslocou ao local e verificou que as construções existentes e as fossas estão de acordo com o projeto e que neste momento o assunto foi encaminhado para outras entidades com competência na área. Frisou que embora o impacto negativo destas explorações seja efetivamente de lamentar não se pode ignorar que grande parte da riqueza gerada no concelho adveio destas explorações. -----

----- Por fim esclareceu que a notícia da suspensão da loja do cidadão é infundada, assim como a recusa do tribunal de contas em relação ao empréstimo de 900 000 euros. No que se refere à notícia acerca do processo que decorreu em tribunal e que a câmara foi condenada a pagar um valor aproximado de 400 000 euros, disse ser verdade e que diz respeito aos terrenos do parque de estacionamento entre a Casa do Povo e as Caves Dom Teodósio em que não houve acordo com o proprietário, processo que vem já do executivo anterior, e a Câmara Municipal acabou por ser condenada a pagar em tribunal 450 000 euros, dos quais já pagou 150 000 euros e tem que pagar mais 300 000 euros de imediato. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Anunciou que seriam agora votadas as moções e recomendações com as alterações propostas, que serão anunciadas à medida que forem colocadas a votação.

----- **Moção do BE – Divulgação dos períodos de discussão pública (anexo 3)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 28 votos a favor e 2 votos contra. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Declaração de Voto do Deputado António Jorge Madeira** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Eu apresento uma declaração de voto por ter votado contra esta proposta que foi feita aqui pelo Bloco de Esquerda por uma razão muito simples que é uma questão de transparência. O facto de não se divulgar por todas as formas possíveis os atos realizados por esta Câmara e não serem de conhecimento de todos os munícipes, eu sou completamente contra. Basta que haja um único munícipe que não tenha acesso à informação, para mim é inadmissível. Seja o Região de Rio Maior seja quem for, devem de publicar tudo aquilo que se passa aqui na Câmara e não é pelo facto de a Câmara gastar mais 100, 200 ou 300 euros numa comunicação que a Câmara vai à falência.” -----

----- **Recomendação apresentada pela Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** (anexo 4) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 27 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Jorge Madeira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Há pouco foi falado aqui na questão do carnaval, do erro, da forma como foi divulgada a notícia em relação ao desfile da freguesia de São Sebastião por parte do Região de Rio Maior, da mesma forma aqui eu chamo à atenção que o facto de uma vírgula, um ponto final, pode deturpar todo o conteúdo daquilo que sairá daqui. Isto pelo facto de também o requerimento apresentado para mim de forma extemporânea, antes do tempo, uma vez que ainda não acabou o prazo da deliberação sobre a aceitação ou não do empréstimo que o Rotary vai fazer. Portanto esta proposta se fosse apresentada depois de ter sido aceite ou não eu votaria a favor, neste momento eu voto contra porque não quero que saia na publicação social, por um erro de uma vírgula, de um ponto ou de uma interpretação diferente em que se misture a Assembleia Municipal com o Rotary Club.” -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Relatório Anual da CPCJ – 2011 (anexo 5)** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 8)** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- O Vice-Presidente da Câmara justificou a ausência da Presidente da Câmara por estar em representação do município e apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

### ----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

#### ----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca da atividade municipal nomeadamente as reuniões havidas com as empresas Jerónimo Martins, SUMA e Obra Europa. -----

#### ----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Questionou, no âmbito da atividade da Câmara Municipal, acerca da reunião com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo sobre o protocolo das unidades móveis, designadamente se houve alguma renegociação do protocolo, o que consta do mesmo, qual o encargo da Câmara e qual o encargo dos organismos de saúde. -----

----- Solicitou também informação dos temas abordados nas entrevistas com as alunas de enfermagem no âmbito do mestrado sobre saúde comunitária. -----

#### ----- Vice-Presidente da Câmara Municipal -----

----- Esclareceu que as reuniões tidas com o grupo Gerónimo Martins se devem a um protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Rio Maior e o grupo SONAE e a abertura de uma via entre o Pingo Doce e o Modelo Continente, e que para que tal seja possível é preciso que os dois grupos façam uma permuta de terrenos para desbloquear parte da situação e que se aguarda neste momento a evolução da situação. -----

----- Informou que as reuniões com a SUMA tiveram a ver com a colocação de papeleiras e outros trabalhos em falta e também com a redução de custos já referida anteriormente e que o protocolo estabelecido com esta empresa não teve só a ver com a redução da recolha de lixo, que é transversal ao meio rural e à cidade, mas também com o número de vezes que os contentores do lixo são lavados entre outras coisas de menor importância. Salientou que o compromisso que ficou assumido foi que a SUMA, em colaboração com os serviços da Câmara, irão monitorizar os problemas que possam existir e que a qualquer momento se possa alterar o procedimento se as coisas não correrem bem. -----

----- No que se refere às reuniões com a Obra Europa, que está a construir o espaço polivalente no qual irá ficar instalada a loja do cidadão, foram no sentido da Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

em conjunto com a fiscalização fazerem um acompanhamento sistemático do desenvolvimento da obra por indicação da AMA. -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra à Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso para os esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que a reunião com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo foi sobre as unidades móveis de saúde que estão ao serviço da unidade de cuidados na comunidade de forma a permitir o atendimento domiciliário e o acompanhamento de pessoas com diversos problemas de saúde e no apoio à prevenção de saúde comunitária. Informou que todos os encargos com seguro, quer às unidades quer aos motoristas e combustível são a cargo da Câmara Municipal e que foi apresentada uma proposta pela Câmara Municipal para que haja uma repartição dos valores destes encargos e que os motoristas e o combustível fiquem a cargo da ARSLVT. -----

----- Informou que em relação ao encontro com as alunas de mestrado de enfermagem foi acerca de um trabalho que estas estão a realizar sobre a saúde no concelho de Rio Maior e a entrevista foi para que estas tivessem a sua perspetiva enquanto vereadora da ação social e saúde sobre vários aspetos, nomeadamente cuidados a idosos, o acompanhamento e as necessidades e a articulação com a Rede Social. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Aditamento ao Acordo de Pagamento com o Instituto Politécnico de Santarém celebrado em 23/12/2011** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 25 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- **Ponto II – Regulamento para os Serviços de Apoio à Família** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ----- Deputada António José Rodrigues da Costa -----

----- Referiu que o artigo 7º e o artigo 9º, e o regulamento genericamente, vai no sentido da Câmara fazer esforços no sentido de assegurar que pelo menos as crianças tenham no mínimo uma refeição diária e considerou que há que ter uma particular atenção e uma maior sensibilidade para que não haja nenhuma criança do nosso concelho, por dificuldades económicas da família, passe fome. -----

----- Divulgou ainda uma petição que está a decorrer e que é pelo pequeno-almoço nas escolas como uma forma de assegurar esta refeição em situação de extrema dificuldade das famílias. -----

### ----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----

----- Solicitou esclarecimento em relação ao apoio às famílias, e às crianças essencialmente, onde é referida a obrigatoriedade de apresentação de documentos da entidade patronal com indicação do horário e local de trabalho dos encarregados de educação e em situação de pessoas que trabalham por turnos como se processa a inscrição. -----

----- Solicitou também esclarecimento acerca da forma de detetar aqueles que são os mais carenciados, quem faz o levantamento e em que baseiam. -----

### ----- Vice-Presidente da Câmara Municipal -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra à Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso para os esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

### ----- Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso -----

----- Esclareceu que as situações das crianças mais carenciadas é uma das grandes preocupações e anualmente são elaborados os processos das crianças abrangidas pela ação social escolar e a partir daí calculadas as participações, já que com os documentos apresentados pelas famílias e pela segurança social são elaborados os escalões em que as crianças são colocadas. -----

----- Disse ainda que estas situações podem alterar-se a qualquer momento de acordo com a situação familiar ao longo do ano e de acordo com a confirmação dos serviços de ação social da Câmara Municipal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto III – Escrituras Públicas de justificação de direitos referentes ao Parque Desportivo (artigo nº 9519) e Pavilhão Gimnodesportivo/Polidesportivo (artigo urbano nº 7490)** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

### ----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

#### ----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Questionou em primeiro lugar acerca da propriedade do campo de futebol e da pista, se são do Clube de Natação ou da Câmara Municipal e em segundo lugar em relação ao parque desportivo, criado em 2002, o usucapião é ao fim de quantos anos.-

#### ----- Vice-Presidente da Câmara Municipal -----

----- Esclareceu que estas escrituras dizem respeito à regularização de situações que se arrastavam há já muitos anos recorrendo-se por isso à figura de usucapião para a sua legalização das situações. -----

----- Disse ainda estranhar a pergunta mas esclareceu que a pista Susana Feitor é do Clube de Natação de Rio Maior devido aos cofinanciamentos necessários na altura e o campo de futebol é da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

#### ----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Indicou que votará contra porque não foi esclarecido, já que é exatamente por ter conhecimento da situação é que questionou, e salientou que nada tem a ver com o executivo mas com a estratégia a que vai levar e à possível confrontação com outros pedidos de esclarecimento, já que não considera que o usucapião esteja salvaguardado assim como os interesses de uma coletividade. -----

#### ----- Vice-Presidente da Câmara Municipal -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta para os esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

#### ----- Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta -----

----- Esclareceu que o que está a ser regularizado tem a ver com a parte desportiva do campo de futebol junto à escola, entre o centro de estágios e o polidesportivo, e não com a pista Susana Feitor ou com o campo de futebol, sendo que estes terrenos foram ocupados na altura pelo parque desportivo e passados todos estes anos se está agora a regularizar através da figura do usucapião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 28 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção. -----

### ----- Ponto IV – Desafetação do domínio público municipal – Posto de Turismo em Marinhas do Sal -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

### ----- **Ponto V – Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Rio Maior** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

### ----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

#### ----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Colocou algumas dúvidas acerca da redução do horário dos cafés de uma hora, quais foram os critérios utilizados e também acerca do aumento de uma hora no funcionamento dos bares. -----

----- Afirmou que muito provavelmente os cafés não foram ouvidos e que os bares deram a sua opinião e demonstraram não estar de acordo com aquela mais uma hora.-----

----- Considerou que desde que sejam salvaguardadas as questões de segurança, de qualidade de vida, do direito ao descanso e ao repouso da zona envolvente, não parece que seja necessário criar um horário fixo quando há situações completamente diversas como por exemplo para os bares. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 28 votos a favor e 2 abstenções. -----

### ----- **Ponto VI – Regulamento de Utilização de Bens do Domínio Público** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

### ----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

#### ----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Disse ser um documento há muito esperado e onde, para além da questão dos madeireiros, também estão presentes os deveres e direitos dos munícipes. -----

----- Considerou que é introduzido um conceito em relação aos madeireiros e ao cidadão que pode ser dissuasor de algumas das situações que se têm verificado e das quais todos os presidentes de junta se queixam, não apenas o estragar das valetas por parte dos madeireiros é também a obstrução dos caminhos florestais, a destruição dos caminhos rurais e vicinais impunemente. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Disse que foi um documento discutido na Assembleia de Freguesia e que a sua lógica foi aceite apesar de considerar que as coimas não são tão intimidantes quando seria desejável, mas que pode ser compreensível pelo facto da proposta do executivo tentar encontrar um equilíbrio entre o primeiro regulamento e a atividade económica, já que a fileira da madeira no concelho de Rio Maior assume cada vez mais um papel relevante para a subsistência familiar. -----

----- Indicou o sentido de voto da CDU como favorável e considerou que terão que existir novas atitudes administrativas e novos procedimentos na sua aplicação para que funcione na prática. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da Costa** -----

----- Considerou igualmente que as coimas deveriam ser mais gravosas e sugeriu que fosse retirado a referência às rodas estabilizadoras como condição para as bicicletas poderem andar nos jardins. -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou esclarecimentos sobre o artigo 9º, já que o previsto em todas as alíneas é interessante no contexto de cidade mas que nunca se cumpre em meio rural por impossibilidade natural. -----

----- Pede igualmente esclarecimentos sobre a referência aos ramos e às árvores pendentes nas estradas e à obrigatoriedade do corte afirmando que grande parte destas árvores são sobreiros e que ninguém querará assumir a responsabilidade por este corte. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Considerou que deve haver um certo cuidado na regulamentação e que no que respeita às proibições estas são muito discriminativas. -----

----- Disse ainda que a criação de normas como estas podem ter fácil aplicação no meio urbano mas no meio rural são de aplicabilidade reduzida e desprovida de sentido. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Afirmou ser difícil a criação de um regulamento geral e que em simultâneo faça a diferença entre o meio rural e o urbano e que este funcionará, em grande parte, como um apelo ao civismo e à educação e terá que ser aplicado com bom senso de quem o aplica e fiscaliza. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria dos presentes com 24 votos a favor e 5 abstenções**. -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Assembleia Municipal** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu nunca confio na fiscalização. É uma questão minha, de princípio. E portanto não posso deixar uma coisa pendente do bom senso de fiscais. O bom senso devia constar do próprio regulamento. Portanto, é uma questão de princípio.” -----

----- A Presidente da Câmara entrou nesta altura. -----

----- **Ponto VII – Alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Policia do Concelho de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto VIII – Alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido em que consiste a redefinição dos usos dos lotes já que é referido que se passa a admitir todos os usos previstos e se esta situação não se irá transformar numa porta aberta para que transforme numa urbanização. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que esta redefinição do uso dos lotes se deve ao facto de uma empresa que adquiriu uma parcela de terreno e que de acordo com a definição inicialmente prevista para uso naquele lote se verificou a necessidade de fazer uma adaptação. -----

----- Tranquilizou todos dizendo que a entidade gestora do parque de negócios saberá gerir o espaço em função da melhor utilização, do melhor enquadramento e da melhor captação de empresas e de investimento para esta área de localização empresarial e que não haverá qualquer alteração que permita a transformação desta área em urbanização. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para os esclarecimentos necessários, o que foi autorizado pelo Presidente da Assembleia. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse compreender as dúvidas colocadas mas salientou que numa época de crise e de falta de emprego as autarquias têm que ter a capacidade de criar todas as condições possíveis para que as empresas se instalem nas áreas de localização industrial e zonas industriais. -----

----- Disse ainda que embora não seja essa a intenção, a ideia de urbanizar pode não ser tão chocante se olharmos para situações como o aproveitamento daquelas que foram as áreas das expo, apontando como mau exemplo a de Sevilha, que neste momento está ao abandono por não ser uma zona urbanizável, e como bom exemplo a de Lisboa, que por se permitir a urbanização está revitalizada. -----

----- Considerou assim que há que saber fazer um aproveitamento sensato e coerente destas áreas e neste momento se não se efetuasse a alteração ao plano, que em nada altera as condições iniciais no que respeita à sua natureza, seria muito provavelmente inviabilizaria a instalação de uma empresa naquela área de localização empresarial. -----

----- Referiu ainda que a alteração esteve em discussão pública. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** -----

----- Afirmou que o texto a que se referiu é da Câmara e não da discussão pública e concordou que terá que se fazer o máximo possível para atrair empresas, mas voltou a referir que não há redefinição nenhuma podendo haver é as áreas e o que a Câmara refere na informação é que há uma redefinição do uso e questionou, por isso, qual uso visto o parque já ter definido que é para indústria, para serviços e para logística. -----

----- Referiu ainda que no documento para discussão pública constam as coberturas, os envidraçados, da ocupação dos solos, etc., e o que realmente se passe é que no ponto da informação onde fala dos usos falte acrescentar um pormenor, porque considera que não há nenhuma alteração do uso dos lotes em relação ao existente. ---

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal interveio para afirmar que o Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo já se tinha feito entender e que demonstrou um receio seu e que a Câmara Municipal já respondeu ao pedido de esclarecimento feito.-

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria dos presentes com 29 votos a favor e 2 abstenções**. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do actual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de dar a palavra ao público presente para as intervenções explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor Joaquim Azenha, Carvalhais - Fráguas** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Apresentou-se na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Fráguas em representação da população de Póvoas.-----

----- Solicitou informação sobre qual o ponto de situação da queixa efetuada pela população de Póvoas à Câmara Municipal sobre a exploração de suínos existente naquele lugar e também sobre o processo de legalização da mesma. -----

----- Informou ainda que a população do lugar de Póvoas continua a conviver diariamente com perigos para a saúde pública provenientes da exploração de suínos que está situada no centro da área habitacional do lugar. -----

----- Finalizou agradecendo a que Presidente da Câmara tome providências sobre este assunto. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Questionou a Presidente da Câmara se teria condições para prestar o esclarecimento solicitado. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que na sequência da queixa apresentada e da uma ação de fiscalização da Câmara Municipal ao local, foi recebido o proprietário da exploração e o empresário que se encontra a explorar a mesma. Informou ainda que esta reunião contou com a presença dos serviços que se encontram a desenvolver os procedimentos necessários para o andamento do processo e assim que exista informação concreta para transmitir esta chegará a todos os interessados e intervenientes. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

para constar se lavrou minuta parcial, para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- O PRESIDENTE DA MESA: \_\_\_\_\_

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO: \_\_\_\_\_

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO: \_\_\_\_\_